

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ORIENTADORA: PROF^a. MS. PATRÍCIA PINHEIRO

**CARIDADE OU CIDADANIA?
O QUE ATRAE OS CALOUROS DO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.**

FÁBIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

BRASÍLIA
2007
FÁBIO HENRIQUE

FÁBIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

**CARIDADE OU CIDADANIA?
O QUE ATRAE OS CALOUROS DO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do grau de Assistente Social, sob orientação da Prof.^a Ms. Patrícia Pinheiro

Brasília-DF, junho de 2007.

CARIDADE OU CIDADANIA?
O QUE ATRAE OS CALOUROS DO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

Por
Fábio Henrique

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do grau de Assistente Social, sob orientação da Prof.^a Ms. Patrícia Pinheiro.

28 de junho de 2007.

Banca Examinadora

Prof.^a Ms. Patrícia Pinheiro

Prof.^a Dr.^a. Rosa Helena Stein

Prof.^a Dr.^a. Maria Lucia Pinto Leal

“Nem tudo é verdadeiro; mas em todo o lugar e a todo momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade talvez adormecida, mas que, no entanto, está somente à espera de nosso olhar para aparecer, à espera de nossa mão para ser desvelada. A nós cabe achar a boa perspectiva, o ângulo correto, os instrumentos necessários, pois de qualquer maneira ela está presente aqui e em todo lugar”

(Michel Foucault)

AGRADECIMENTOS

A busca pelo conhecimento conta, além do esforço pessoal, com a vontade e o orgulho daquelas pessoas que nos amam e nos admiram. Humildemente, agradeço a todas as pessoas que fazem ou fizeram parte do meu caminho pela busca do conhecimento.

Agradeço aos meus entes queridos, que compreensivos, sempre entenderam a minha ausência, respeitando os meus ideais, que me faz sentir uma pessoa pensante e engajada em uma sociedade tão desigual.

Agradeço especialmente a Deus, pois sem ele nem estaria aqui escrevendo este agradecimento.

Agradeço ao meu irmão Amauri Jorge, um parceiro incondicional no cuidado dos meus pais, para ele dedico meu carinho e afeto.

Agradeço ao meu pai, Aluizio Batista Abreu, que apesar de não estar mais entre nós estará sempre na memória de nossa família e minha mãe Waldete Cerqueira Abreu, que tanto amo, a eles devo minha vida, minha educação e minha existência.

Agradeço a minha orientadora prof.^a Patrícia sem ela eu não teria conseguido iniciar, desenvolver e terminar este trabalho, como também, a todos os amigos e amigas que estiveram de perto ou de longe me incentivando, me apoiando.

Tendo no meu peito esta forma inominável de amor que se chama esperança, agradeço a todas as pessoas que leram e lerão este estudo escrito à luz de uma real vontade de contribuir na construção de uma sociedade na qual as pessoas sejam mais crédulas na possibilidade de um futuro repleto de condições melhores para todos.

Resumo

Esse Trabalho de Conclusão de Curso versa sobre os motivos que atraem os novos alunos de Serviço Social da Universidade de Brasília para o curso de Serviço Social, verificando se a religião ainda tem influenciado estes alunos na escolha pelo curso, bem como, analisando o que os novos calouros de Serviço Social entendem pela profissão de assistente social.

Foi realizada uma pesquisa empírica buscando verificar a percepção dos novos alunos acerca da profissão, onde se constatou que no curso de Serviço Social da UnB as turmas novas apresentam predominante contingente feminino, de pessoas jovens, onde a religião ainda influencia alguns destes novos alunos na escolha pelo curso, visto que, observa-se uma identificação da profissão com uma prática de caráter assistencialista entre os novos alunos.

O referencial teórico-metodológico que orienta a análise desta realidade é o materialismo histórico dialético de Karl Marx. Para Marx não é possível dissociar uma coisa da outra, tudo está intrinsecamente interligado, como uma lei recíproca. Assim, para ele os objetos e fenômenos dados na realidade são organicamente ligados entre si, dependendo uns do outro, e condicionando-se reciprocamente na constituição da totalidade dos processos desenvolvidos a partir das relações sociais que se estabelecem na sociedade. Desse modo, a análise dialética considera a totalidade, onde não se pode compreender nenhum fenômeno da natureza se o encararmos isoladamente, fora dos fenômenos que o circundam. Assim concepções teóricas e categorias conceituais fundamentados na perspectiva crítica dialética de Marx auxiliaram nossa análise ao serem confrontadas com resultados obtidos na pesquisa.

Apesar deste Trabalho de Conclusão de Curso ter confirmado a hipótese inicial da pesquisa em que uma grande parte dos calouros que entram no curso de Serviço Social ainda possui uma idéia assistencialista a respeito do profissional assistente social, e que a religião ainda pode estar influenciando alguns calouros para a escolha do curso de Serviço Social, não se pode concluir que esses dados são verdades absolutas, visto que, foi feito apenas uma enquete durante três semestres, sendo necessário que mais pesquisas sejam feitas no sentido de refinar estes dados e poder aprofundar análises acerca de temática que ainda inquieta parte da profissão.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	08
2 – PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	10
2.1 Análise inicial da amostra.....	12
2.2 Perfil do grau educacional dos entrevistados.....	16
2.3 Análise das perguntas colhidas.....	18
3-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
3.1 A Influência da Igreja Católica nas Origens da Profissão de Assistente Social no Brasil.....	35
3.2 O Serviço Social como Reforço da Garantia de Direitos Sociais.....	37
3.3 A Evolução do Código de Ética do Serviço Social como Reforço da Busca pela Garantia de Direitos.....	40
3.4 As Novas Exigências do Mercado de Trabalho para os Assistentes Sociais.....	41
3.5 O Movimento de Reconceituação como Ruptura Teórico-Metodológica na Prática do Serviço Social.....	44
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
6 - ANEXO.....	51

1-INTRODUÇÃO

A organização da prática da assistência, como expressão de caridade, esteve por muito tempo ligada a Igreja Católica, sendo encarada como forma de controlar a pobreza e de ratificar a sujeição daqueles que não tinham posses ou bens materiais.(Martinelli, 1992). Esta vinculação da Igreja Católica a obras assistenciais trouxe como consequência a idéia de caridade para profissão de assistente social, visto que, esta profissão tem um forte vínculo em sua origem com a igreja Católica. Pelo motivo exposto acima, este Trabalho de Conclusão de Curso partiu do pressuposto que a idéia que os calouros de Serviço Social da Universidade de Brasília têm a respeito do profissional assistente social ainda continua sendo de um profissional que trabalha com o intuito de ajudar o próximo tendo um conceito assistencialista da profissão. Mas será que esta visão sobre o profissional assistente social ainda perdura no imaginário social dos estudantes que ingressam no curso de Serviço Social?

A profissão de assistente social sempre foi vista como desempenhada por mulheres boazinhas, que vinham de boa família e que exerciam trabalho voluntário. Este “perfil” do profissional de Serviço Social, ao longo de sua história trouxe algumas consequências para a profissão de assistente social, entre as quais, destaca-se: uma atividade típica do gênero feminino, associada a um caráter solidário e que qualquer pessoa pode desempenhar. Algumas mudanças ocorreram ao longo do tempo na trajetória do Serviço Social, que fizeram com que o mesmo ganhasse uma maior legitimidade e visibilidade, transformações como o Movimento de Reconceituação, os seminários de Araxá e de Teresópolis, o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão. Porém, será que essas transformações foram suficientes para que os novos estudantes que ingressam no curso de Serviço Social saibam o que significa a profissão de assistente social? A religião ainda influencia os calouros na escolha do curso? Quais os principais motivos que levam os novos alunos a escolherem o curso de Serviço Social: seria tentar lutar contra as desigualdades sociais, por cidadania, justiça social, tentar garantir direitos? Ou será que estes ainda entram no curso de Serviço Social por motivo de compaixão, vocação, solidariedade, bondade, isto é, valores caritativos. Assim, pretendo com este trabalho trazer contribuições para a discussão sobre o perfil dos novos estudantes de Serviço Social que ingressam no curso de Serviço Social, bem como, mostrar o caráter ambíguo existente entre cidadania e caridade a partir da expectativa dos calouros de Serviço Social da Universidade de Brasília, enfocando também o impacto da religião na escolha do curso pelos mesmos.

Com o intuito de refletir estes conceitos acima citados, em um primeiro momento elaborou-se uma pesquisa bibliográfica para construção de um referencial teórico.

De acordo com Lakatos & Marconi (1991), a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Segundo Bastos & Keller (1995), a pesquisa de campo visa suprimir dúvidas, ou obter informações e conhecimentos a respeito de problemas para as quais se procura resposta ou a busca de confirmação para hipóteses levantadas e, finalmente, a descoberta de relações entre fenômenos ou os próprios fatos novos e suas respectivas explicações.

2-PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A pesquisa teve como objetivo principal identificar os motivos que atraem os novos calouros da Universidade de Brasília para o curso de Serviço Social, verificando se a religião tem influencia na escolha do curso. Como referencial para obtenção destas informações, utilizou-se como parâmetro, as turmas que entraram nos três últimos semestres: 1º/2006, 2º/2006 e 1º/2007.

Com o objetivo de efetuar esta verificação foram aplicados questionários semi-estruturados com os calouros, constituído de seis questões objetivas e quatro discursivas (ver Anexo 2). Nem todas as questões estão diretamente ligadas ao tema da pesquisa, porém são perguntas consideradas importantes para complementar as informações acerca da variável em questão.

A pesquisa de campo foi realizada no *campus* da Universidade de Brasília (UnB) a partir do início do mês de Abril de 2006. O fato de conter nos questionários perguntas tanto objetivas como discursivas, trás para as respostas dados subjetivos e objetivos, ora mensuráveis ora não. Dentre as questões objetivas encontram-se: sexo, idade, religião, formação, etc; dentre as subjetivas contém, por exemplo, o motivo da escolha do curso. Daí o caráter semi-estruturado do instrumental utilizado, contendo aspectos quanti-qualitativos.

A pesquisa realizada no primeiro período de 2006 foi aplicada na sala de aula para os calouros do primeiro semestre do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília. Para a realização dos questionários, foi solicitado autorização à professora Rosa Helena Stein responsável pela disciplina de Introdução ao Serviço Social para que o mesmo pudesse ser feito no primeiro dia de aula dos alunos, antes que a professora começasse a aula, tendo por objetivo evitar que os calouros fossem influenciados em suas respostas pela aula da professora.

No início da aplicação dos questionários, foi solicitada a colaboração e compreensão dos calouros de Serviço Social para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados, bem como, foram explicados para os alunos os objetivos da pesquisa, que a participação não era obrigatória e que os alunos não precisavam se identificar, sendo esta pesquisa parte integrante para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Já a realização da pesquisa referente ao 2º semestre de 2006 e 1º de 2007, não foi realizada em sala de aula, mas sim no dia do registro do calouro no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, tendo como objetivo diminuir o quanto fosse possível o

contato do calouro com professores, funcionários do Departamento de Serviço Social e até mesmo outros alunos que cursam Serviço Social.

Para determinar o universo de entrevistados por semestre, foi feito um levantamento de dados junto a Reitoria da Universidade de Brasília, no qual obtive as informações do número exato de calouros que ingressaram por semestre. Assim, no 1º semestre de 2006 ingressaram 32 calouros no curso de Serviço Social da UnB, sendo que dois chegaram transferidos de outras faculdades de Serviço Social, totalizando 32 calouros neste período. Como neste semestre foram aplicados 27 questionários, isso correspondeu a 84% do total de alunos que ingressaram neste período. Já no 2º semestre de 2006 e no 1º semestre de 2007 ingressaram no curso de Serviço Social 30 alunos, e foram aplicados 22 questionários no segundo período de 2006, o que corresponde a 73% deste total; e 16 questionários foram aplicados no 1º semestre de 2007, o que correspondeu a um percentual de 53% do total deste semestre. No total dos três semestres, foram aplicados 65 questionários.

De uma maneira geral, não foram encontradas grandes dificuldades para a realização desta pesquisa. Além da pouca experiência do “pesquisador”, uma das dificuldades encontrados na pesquisa foi tentar reduzir ao máximo a influência que os calouros poderiam ter em sua resposta devido ao contato com os professores. Assim, uma das dificuldades que encontrei foi ter que aplicar o questionário com os calouros antes que os mesmos começassem as aulas, já que, quando decidi sobre o tema a ser abordado na elaboração da Monografia estava de férias e assim não podia ter a orientação dos professores a respeito do meu instrumental de pesquisa. Porém, consegui fazer o questionário durante o período de férias com a ajuda de algumas alunas de Serviço Social que manifestaram suas opiniões sobre o mesmo via e-mail.

A realização da pesquisa antes que os calouros entrassem em aula tem como objetivo principal que a mesma pudesse ter a maior confiabilidade possível, visto que, o contato do calouro com os professores, com os textos das disciplinas, com outros alunos ou com os próprios funcionários do Departamento de Serviço Social poderia influenciar os calouros em suas respostas.

Após a realização dos questionários, iniciou-se o processo de tabulação e sistematização dos dados contidos no instrumental e para facilitar a compreensão das informações contidas nos mesmos, foram construídos gráficos e tabelas para melhor ilustração dos resultados da pesquisa. A partir das informações obtidas nos questionários foi feito a análise dos dados e retirado algumas conclusões que serão expostas no decorrer da Monografia.

3.1 Análise inicial da amostra

A primeira pergunta do instrumental de pesquisa foi sobre a idade dos calouros, em que existiam quatro possibilidades de respostas, dentre as quais: 1) até 18 anos; 2) de 19 a 25 anos; 3) de 26 a 30 anos; 4) acima de 30 anos.

Ao observarmos a tabela abaixo, verificamos que a grande maioria dos estudantes que ingressam na Universidade de Brasília no curso de Serviço Social são alunos de até 18 anos. Vale ressaltar que durante os três semestres consecutivos em que a pesquisa foi realizada não houve ingresso de nenhum aluno com idade superior a 25 anos.

IDADE (Em porcentagem)	1º/2006	2º/2006	1º/2007
Até 18 anos	70	32	69
19 a 25 anos	30	68	31
26 a 30 anos	0	0	0
Acima de 30 anos	0	0	0

(Tabela 1: Idade)

Gráfico 1: Referente ao 1º semestre de 2006.

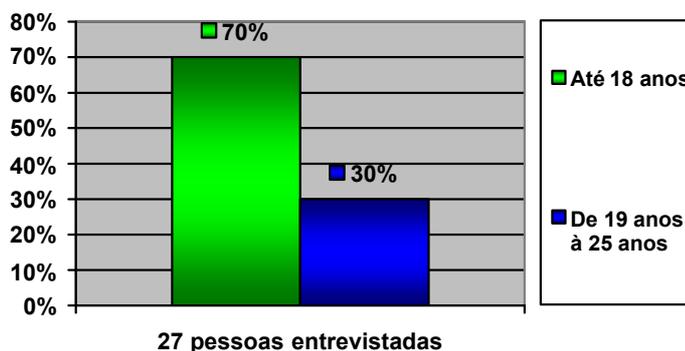


Gráfico 2: Referente ao 2º semestre de 2006.

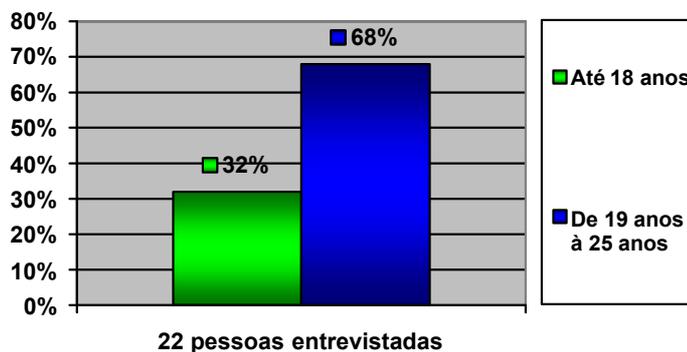
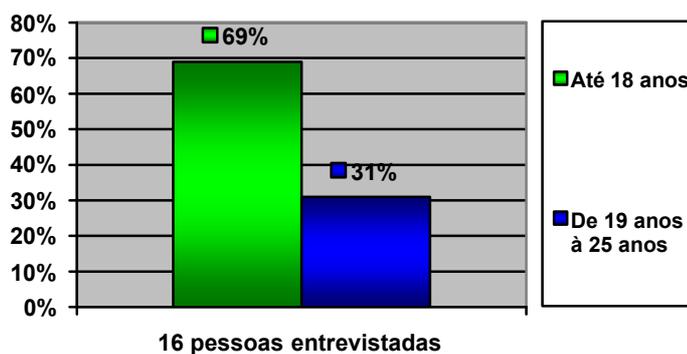


Gráfico 3: Referente ao 1º semestre de 2007.



Ao observarmos, por exemplo, o 1º semestre de 2006, percebe-se que 70% dos estudantes pesquisados possuíam idade de até 18 anos, 30% entre 19 e 25 anos e que não houve nenhum aluno com idade superior a 25 anos. Assim, pode-se concluir que cada vez mais alunos jovens têm optado pelo curso de Serviço Social, e que um dos fatores que podem estar contribuindo para esta mudança pode ser o Programa de Avaliação Seriada (PAS), no qual o estudante pode optar pela escolha do curso a partir de sua nota neste programa.

O segundo item abordado na pesquisa foi em relação ao sexo dos calouros. Como podemos observar na tabela a seguir, ainda predomina um grande número de mulheres cursando Serviço Social. Porém, apesar do número de homens ainda ser bastante baixo, esse número está gradativamente aumentando, como pode ser comprovado ao se comparar os 4% de homens que ingressaram no 1º semestre de 2006, com os 14% do 2º período do mesmo ano e os 25% que ingressaram no 1º semestre de 2007.

SEXO (Em porcentagem)	1º/2006	2º/2006	1º/2007
Feminino	96	86	75
Masculino	4	14	25

(Tabela 2: Gênero)

Gráfico 4: Referente ao 1º semestre de 2006.

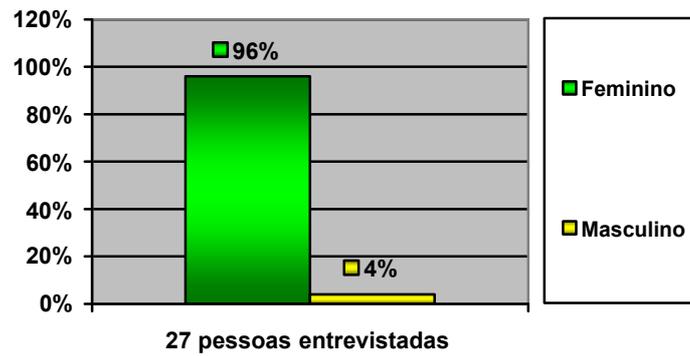


Gráfico 5: Referente ao 2º semestre de 2006.

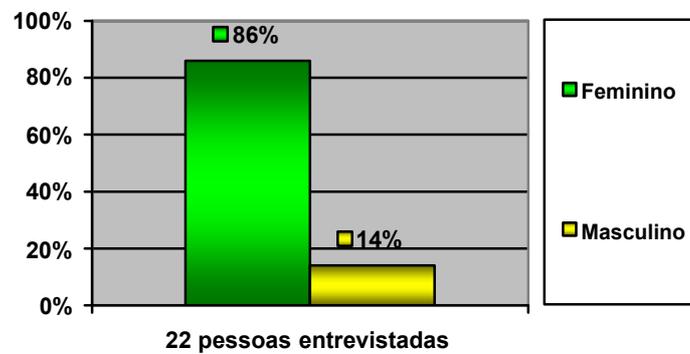
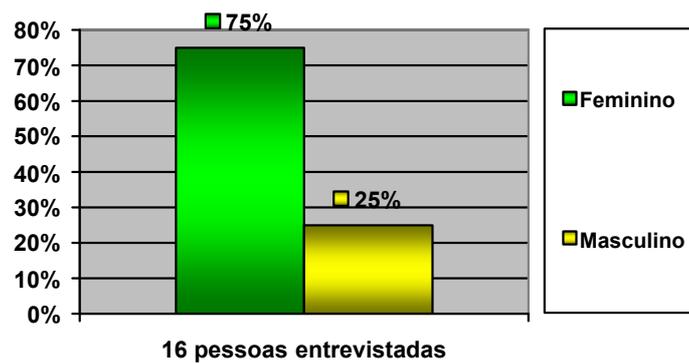


Gráfico 6: Referente ao 1º semestre de 2007.



Uma pesquisa realizada em 2005 pelo Conselho Federal de Serviço Social analisou que o Serviço Social ainda é, nos dias atuais, uma profissão composta majoritariamente por pessoas do sexo feminino: 97% dos assistentes sociais registrados são mulheres, assim como também são maioria as mulheres nas atividades assistenciais não relacionadas à profissão (CFESS, 2005). Historicamente, o gênero feminino sempre foi visto como sendo subordinado ao gênero masculino. Somente a partir do século XX, com a conquista do direito ao voto, é que a mulher começa a aparecer com um pouco mais de visibilidade perante a sociedade. Já no século XXI, varias foram suas conquistas, dentre as quais podemos destacar o direito de ter acesso à educação de nível médio e superior, como também o trabalho remunerado no mercado de trabalho, entre outros.

Outros dados de instituições de pesquisa demonstram que é cada vez maior a participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA), sendo que, em 1999, já somavam mais de 41% segundo dados do IBGE/PENAD. Esse aumento expressivo torna claro que não é mais possível ignorar a sua presença e também os empecilhos que elas têm enfrentado para se inserirem e permanecerem no mercado de trabalho.

As dificuldades das mulheres para conseguirem um espaço no mercado de trabalho, tido como produtivo está principalmente nas atribuições construídas social e culturalmente sobre os papéis que devem ser desempenhados pelos homens e mulheres. E que essa diferenciação de papéis sempre foi uma barreira para o processo de qualificação do trabalho feminino e, de certa forma, limitando as habilidades e aprendizado das mulheres, além ainda, de ter sido historicamente, atribuído a elas o trabalho e a responsabilidade com a reprodução e organização familiar.

Estudos relacionados com a questão de gênero constataram que as concepções culturais de masculino e feminino são como duas categorias complementares, nas quais todos os seres humanos são classificados dentro de cada cultura que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais.

De acordo com Jhon Mengel (2005), os homens tendem a ter desempenho melhor que mulheres em algumas tarefas espaciais, ou seja, saem melhor em testes que envolvem a rotação imaginária ou a manipulação de um objeto. Já as mulheres, tendem a ter desempenho melhor que os homens em testes de rapidez de percepção, como os de memória. Tais diferenças comportamentais segundo o autor são de alguma forma relacionada com as atividades cerebrais e à existência da atuação de determinados hormônios nos sexos.

A polaridade masculino/feminino tem sido e ainda é um dos termos principais de quase todas as representações da sexualidade. No senso comum, as sexualidades masculina e

feminina aparecem de formas distintas: a sexualidade masculina é considerada ativa, espontânea, genital, facilmente suscitada por “objetos” e pela fantasia, enquanto que a sexualidade feminina é vista em termos de sua relação com a sexualidade masculina, como sendo basicamente expressiva e responsiva à masculina” (HOLANDA, 1994).

Não obstante, é preciso considerar que o gênero feminino possui suas singularidades, que são construídas socialmente. Isso significa que se deve fazer uma leitura do fenômeno tendo como ponto de partida que as questões de gênero relacionam-se diretamente com outras faces da questão social, que foi fragmentada no curso histórico de dominação e exclusão. Assim, ao analisar as influências comportamentais na ótica social sobre as construções de gênero, percebe-se que há uma objetivação de papéis masculinos e femininos em determinadas profissões.

Hoje vivemos num processo de transformações onde as mulheres buscam cada vez mais conquistar e garantir seus direitos como cidadãs, onde a mesma não é mais vista como sendo o sexo frágil e vulnerável, porém, ainda existem vários problemas a serem superados, entre os quais, encontra-se a discriminação e o preconceito ainda presentes em alguns segmentos da sociedade.

A questão do gênero dentro do curso de Serviço Social tem uma importância muito grande, principalmente, por se caracterizar como uma profissão predominantemente feminina e estigmatizada pelo imaginário social.

3.2 Perfil do grau educacional dos entrevistados

No primeiro semestre de 2006 27% dos entrevistados provinham de escola pública, enquanto nesse mesmo período 56% vinham de escolas particulares sem bolsa de estudo. Já no segundo semestre deste mesmo ano percebe-se que o número de alunos oriundos de escolas públicas é de 50% enquanto o percentual de alunos de escolas particulares e sem bolsa de estudos é de apenas 36%. Assim, conforme pode se observar no quadro a baixo (Tabela 3), a escola em que o aluno cursou o ensino médio não foi determinante para a escolha do curso de Serviço Social.

ESCOLA (Em porcentagem)	1º/2006	2º/2006	1º/2007
Pública	26	50	25
Particular com bolsa de estudo	18	14	25
Particular sem bolsa de estudo	56	36	50

(Tabela 3: Escolaridade)

Gráfico 7: Referente ao 1º semestre de 2006.

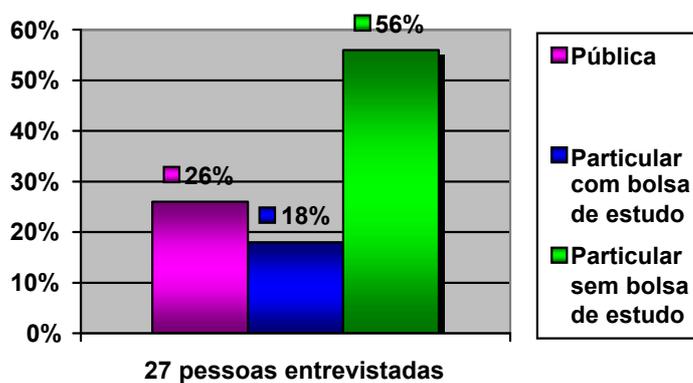


Gráfico 8: Referente ao 2º semestre de 2006.

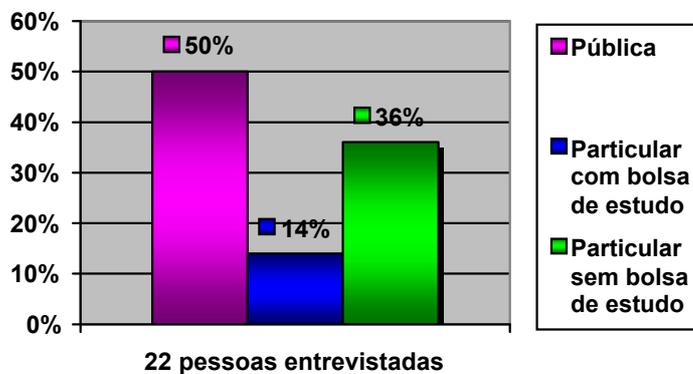
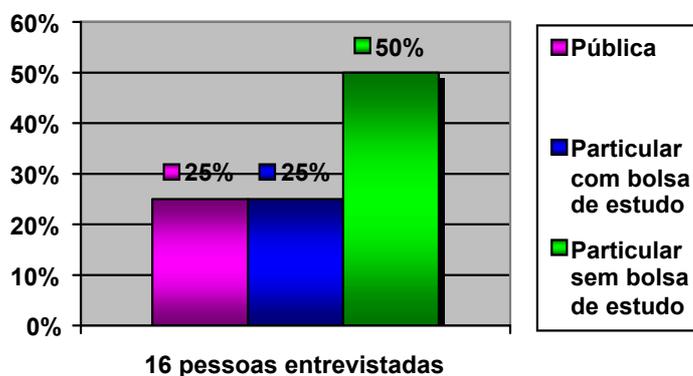


Gráfico 9: Referente ao 1º semestre de 2007.



3.3 Análise das perguntas colhidas

Uma das perguntas desta pesquisa foi saber a religião dos calouros, bem como, analisar se a religiosidade ainda é um fator predominante na escolha do curso de Serviço Social. Há várias formas de religião, e muitos são os modos que os estudiosos utilizam para classificá-las. Este trabalho traz somente as principais religiões que são professadas dentro do Brasil, comparando a influencia destas na escolha do curso de Serviço Social. Como podemos observar no quadro abaixo, a religião católica ainda é a que possui o maior percentual entre os calouros, sendo a predominante entre os mesmos. No primeiro período de 2006, a religião evangélica era professada por 29% dos calouros, enquanto que no primeiro período de 2007, esse percentual caiu para 12%. Já a religião católica era professada por 37% dos calouros no primeiro período de 2006, aumento esse percentual para 56% no primeiro período de 2007. Outras religiões aparecerem com menor percentual como o Espírita, Agnóstico, entre outras. De uma maneira geral, 48% dos estudantes pesquisados que possuem religião são católicos, 21% são evangélicos, 16% espíritas e 15% possuem outra religião ou não possuem nenhuma religião. Porém, apesar da grande maioria dos calouros afirmarem serem seguidores de algum tipo de religião, isto não significa que os mesmo a professam, visto que, esta pergunta era do tipo fechado, na qual os mesmos não podiam mencionar se praticavam (professavam) a religião em seu dia-a-dia.

Religião (Em porcentagem)	1º/2006	2º/2006	1º/2007
Evangélica	29	22	12
Católica	37	46	56
Espírita	18	18	13
Budista	0	0	0
Outras	12	14	19
Sem Religião	4	0	0

(Tabela 4: Religião)

Gráfico 10: Referente ao 1º semestre de 2006.

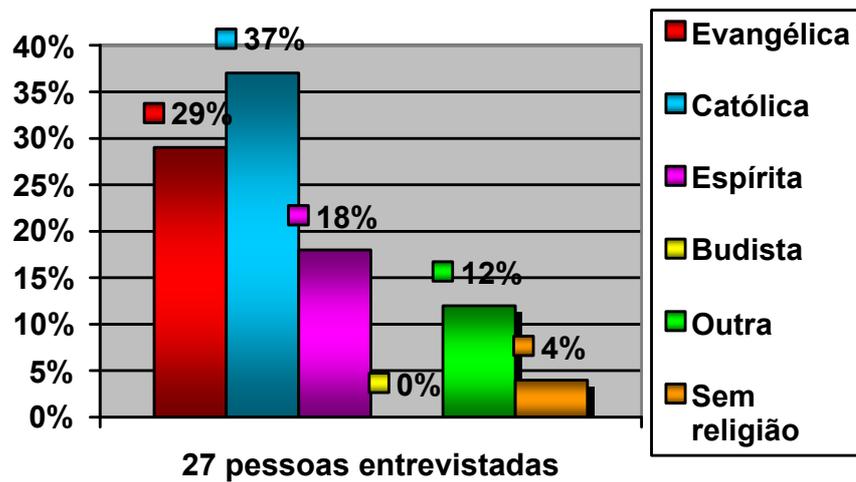


Gráfico 11: Referente ao 2º semestre de 2006.

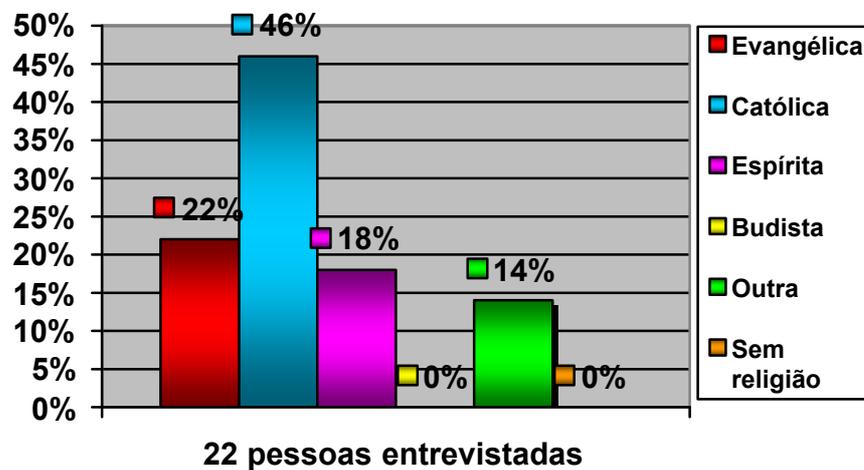
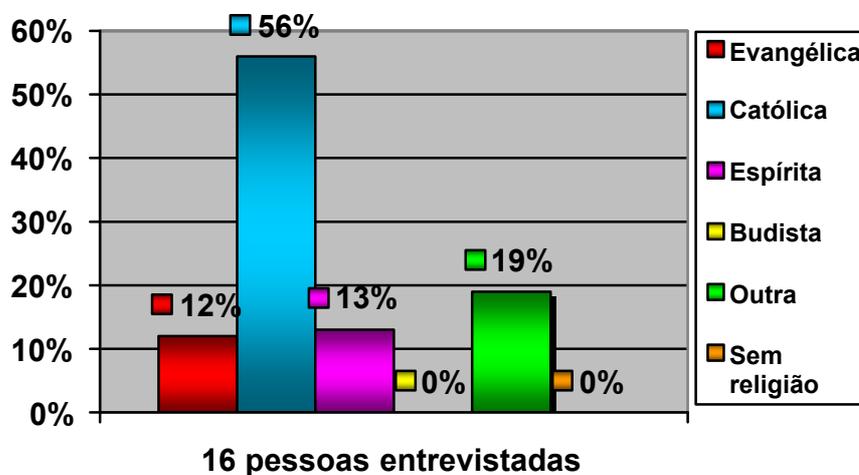


Gráfico 12: Referente ao 1º semestre de 2007.



Segundo Pedro Simões (2005), os debates e reflexões sobre a relação da Igreja Católica com a prática dos assistentes sociais nos dias atuais, estão sendo negligenciados pelos profissionais da área, embora esta profissão, surgida no Brasil na década de 30 a partir de iniciativas da Igreja Católica, traga fortes marcas dessa religião.¹

De acordo com o dicionário Aurélio o termo religião faz referência a sentimentos que ligam uma pessoa a seu Deus, sua crença ou a sua veneração. Assim, a Religião pode ser definida como um conjunto de crenças relacionadas com aquilo que a humanidade considera como sobrenatural, divino, sagrado, bem como, o conjunto de rituais e códigos morais que derivam dessas crenças.

Há várias formas de religião no mundo, e são muitos os modos que os estudiosos utilizam para classificá-las. Porém, há algumas características que podem ser consideradas comuns entre as mesmas, pois, aparecem em todas elas, com maior ou menor destaque. Estas características são: o reconhecimento do sagrado e ter o homem como dependente dos poderes sobre-humanos.

¹ Sobre a relação da Igreja Católica e as origens do serviço social no Brasil, entre outros, apontamos: NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social, SP, Cortez, 1992; CASTRO, Manuel M. História do Serviço Social na América Latina, SP, Cortez, 1993, 4ª ed.; IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, SP, Cortez, 1993, 9ª ed.

De acordo com vários pesquisadores a religião é um fenômeno inerente à cultura humana, pois não há registro em nenhum estudo, independente da época, de grupo de pessoas que tenham deixado de professar algum tipo de crença religiosa.

Há muito tempo à religião vem provocando discussão, debates e até mesmo guerras em várias partes do mundo, onde as mais terríveis conhecidas até hoje tiveram legitimação religiosa, e ainda, grande parte do conhecimento científico e artístico que possuímos hoje derivam de grupos religiosos. Assim, apesar de todo o avanço científico, o fenômeno religioso sobrevive e cresce, pois a grande maioria da humanidade professa alguma crença religiosa direta ou indiretamente.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º inciso VI, é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias. Assim, o Brasil apesar de ser um país predominantemente católico, possui como característica ter uma diversidade religiosa muito grande, bem como, respeito frente à variedade de crenças, igrejas e religiões que existe no país, principalmente devido à proteção constitucional.

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo na realidade social, que busca uma transformação na vida dos usuários, através de seus direitos, de sua emancipação, e de sua participação consciente na sociedade objetivando o seu fortalecimento como cidadão. Porém, apesar da Igreja Católica não ter, nos dias atuais, uma relação direta com a formação dos assistentes sociais, até porque as diretrizes curriculares são discutidas e aprovadas pelo conjunto dos profissionais nas Assembléias da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e acompanhada por esta entidade, alguns autores ainda querem promover um maior debate sobre a importância da religião para a vida profissional do assistente social, tendo como justificativa que o aprendizado da mesma durante a vida acadêmica daria um maior suporte teórico aos futuros profissionais no desempenho de suas funções. Esta discussão é polêmica em função do tema considerando-se a premissa estabelecida em Lei do ensino laico.

Pedro Simões (2005), pontua que apesar da religião está presente no curso de Serviço Social desde o seu surgimento, servir de motivação na escolha deste curso para alguns alunos e ser um instigma para outros, tem sido pouco abordado na literatura de Serviço Social, defendendo que mais pesquisas deveriam ser realizadas nesta área.

Assim, no processo histórico da formação do assistente social, muitos autores concordam que a religião, principalmente a católica, foi determinante para a constituição da profissão. Segundo Netto (1997), havia uma relação entre o fazer profissional e os valores

religiosos. Segundo o mesmo autor, esta relação com a religião, após o processo de renovação e reconceitualização, perdeu a motivação religiosa, tornando-se mais laicas e passaram a ser, mas motivadas por bases científicas.

Porém, de acordo com Pedro Simões (2005), o vínculo da religião no Serviço Social brasileiro, ainda atrai, principalmente para a profissão de assistente social, pessoas mais afinadas com o ideário religioso, isto é, com valores religiosos. Assim, para o autor, as relações entre Serviço Social e religião além de fazerem parte da história da profissão, ainda é incorporada por muitos profissionais em sua atuação. Existem autores que acreditam ser a religião importante para a formação profissional de assistente social, como por exemplo, Furman (2000) e Pedro Simões (2004) que querem a incorporação de ensinamentos religiosos para o exercício profissional na sua base escolar e aqueles que discordam dessa posição como Clark (1994) e Netto (1997) que defendem que a Educação em Serviço Social não deve tratar de questões religiosas durante a vida escolar.

Os autores que defendem a discussão da religião durante a vida acadêmica sustentam que a mesma poderá oferecer uma melhor qualificação para os futuros alunos em sua atuação profissional em questões envolvendo a religião, visto que, com um melhor suporte teórico sobre este tema, suas respostas ficariam mais bem respaldadas em teorias e práticas aprendidas durante o curso de formação e que serviriam de suporte para direcionar sua atuação profissional, não deixando sua intervenção ficar baseada em seus valores e no senso comum.

Também foi perguntado no instrumental de pesquisa se a religião que o calouro possui influenciou o mesmo na escolha do curso. Como podemos observar no quadro abaixo, no primeiro semestre de 2006, 49% dos calouros foram influenciados na escolha do curso pela sua religião, sendo que esse percentual caiu para 43% no segundo semestre de 2006 e para 35% no primeiro semestre de 2007.

Um dado interessante foi que independente da religião professada pelos calouros, houve influencia da religião na escolha do curso de Serviço Social, tanto para católicos, como para evangélicos, espíritas, entre outras. Assim, apesar do percentual de influencia da religião na escolha do curso de Serviço Social esta caindo, a religião ainda encontra-se presente na escolha deste curso. Analisando os dados dos três semestres pesquisados, podemos observar que 93% dos calouros possuem algum tipo de religião, enquanto apenas 7% não possuem nenhuma religião. Este resultado demonstra que a religião ainda é um fator muito presente na vida dos estudantes de Serviço Social da Universidade de Brasília.

Influência da religião na escolha do curso	1º/2006	2º/2006	1º/2007
Influenciou	49	43	35
Não Influenciou	51	57	65

(Tabela 5: Influencia da Religião na escolha do curso de Serviço Social)

Gráfico 13: Referente ao 1º semestre de 2006.

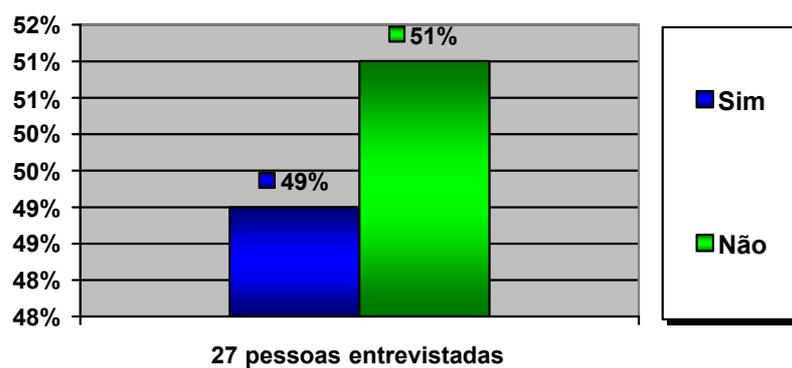


Gráfico 14: Referente ao 2º semestre de 2006.

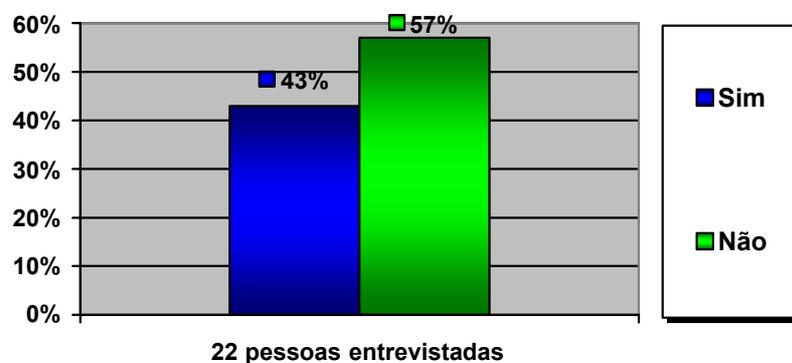
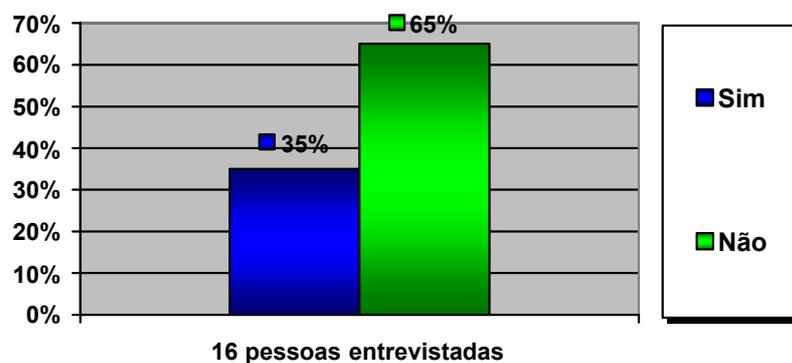


Gráfico 15: Referente ao 1º semestre de 2007.



Para verificar como os calouros de Serviço Social entendem a profissão de assistente social, bem como, o que entendem por caridade e cidadania, foi solicitado aos mesmos que relacionassem a atividade profissional a algumas categorias, entre as quais podemos citar: justiça social, solidariedade, caridade, intervenção, etc. Como esta era uma pergunta aberta, foram agrupados alguns dados para facilitar a compreensão do resultado. Assim, quando me refiro a categoria “Caridade”, estão agrupados na mesma, valores como, “amor ao próximo”, fraternidade, ajuda, solidariedade, entre outros. Isto também vale para as demais categoriais em questão.

Os dados da pesquisa demonstram que grande parte dos calouros entra no curso de Serviço Social achando que assistente social é uma profissão de ajuda, onde a grande maioria dos entrevistados acha que depois de formados irão trabalhar realizando trabalhos assistenciais ou na elaboração, coordenação e execução de programas sociais. Outros fatores apareceram na pesquisa com menor relevância, como por exemplo, tentar intervir na realidade social existente ou garantir direito.

Categorias (Em porcentagem)	1º/2006	2º/2006	1º/2007
Cidadania	25	18	37
Garantia de Direitos	8	13	12
Caridade	63	65	51
Intervenção	4	4	0

(Tabela 6: Conceitos utilizados pelos calouros sobre a profissão de assistente social)

Gráfico 16: Referente ao 1º semestre de 2006.

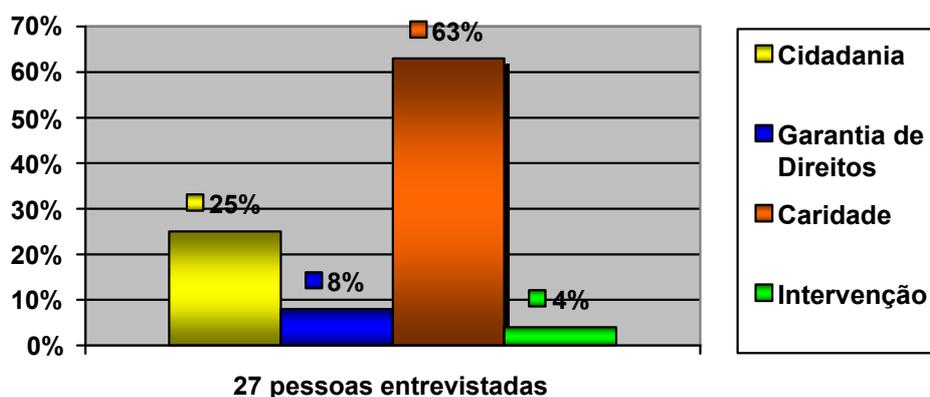


Gráfico 17: Referente ao 2º semestre de 2006.

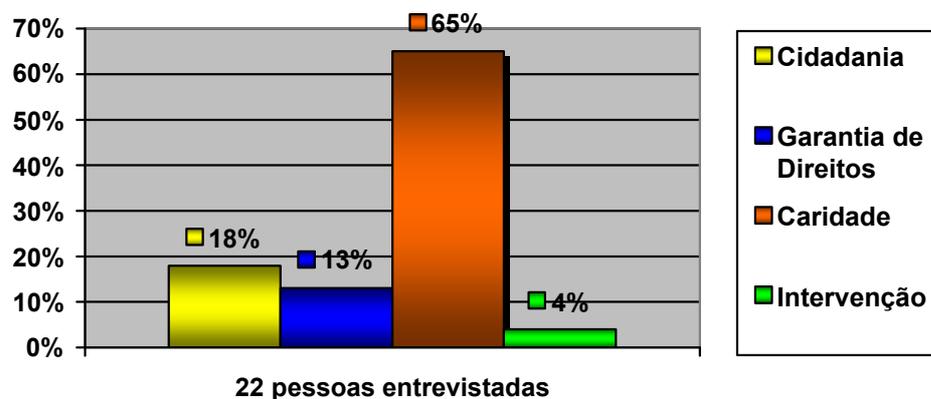
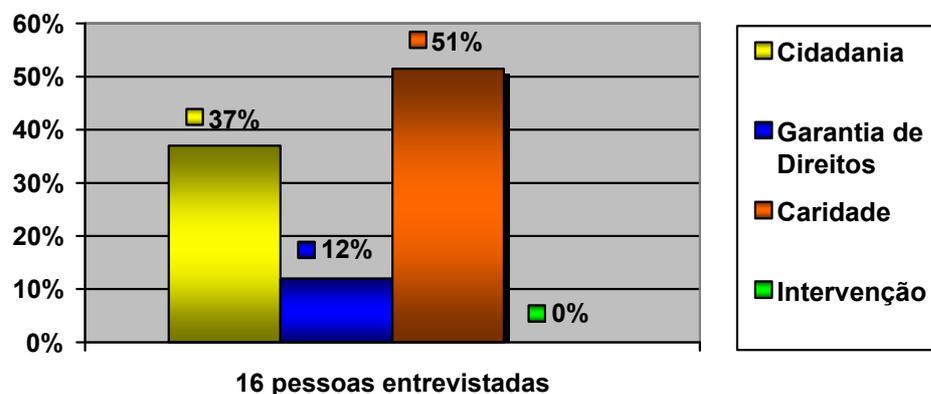


Gráfico 18: Referente ao 1º semestre de 2007.



É importante destacar que muitos calouros dão o mesmo significado a conceitos totalmente diferentes, como por exemplo, achar que ser caridoso e ser cidadão, ou quando alguns deles dão o mesmo significado a categorias diferentes, como por exemplo, quando relacionam cidadania à solidariedade. Assim, é importante compreender o significado que devem ser atribuídos a categorias como cidadania e caridade, como forma de contribuir para um melhor esclarecimento acerca destes termos.

O conceito de caridade está muito relacionado à importância de “amor ao próximo” como um dos principais valores atribuídos a esta categoria. Assim, a caridade evidencia um ato de ajuda, sendo muito citada entre os calouros de Serviço Social, é uma expressão de um ato de amor, estabelecido em um ambiente de justiça, igualdade, solidariedade e fraternidade.

Rechaça-se que a caridade ao longo dos tempos vem marcando a história da humanidade e se manifesta em comportamentos e atitudes que ainda estão presentes nas sociedades contemporâneas. Nos últimos anos, percebemos que o governo federal brasileiro

devido principalmente, as propostas neoliberais de enxugamento do Estado, tem deixado o seu dever de garantir políticas públicas universais e de qualidade, transferindo essa iniciativa para o setor privado e também para a própria população por meio do trabalho voluntariado que pratica atos de caridade.

Assim, no Brasil a década de 90 é marcada por iniciativas do governo federal em promover ações na mídia, anúncios, internet, entre outros, para aumentar o trabalho do voluntariado, bem como, diminuir sua responsabilidade de ter que desenvolver políticas públicas para a população. O aumento do trabalho do voluntário cresce no Brasil com incentivo do governo federal com o propósito de diminuir o “gasto público” e transferir o mesmo para mãos da sociedade civil. Assim, hoje é comum aparecer na mídia uma série de reportagens sobre iniciativas filantrópicas e assistenciais, destacando ações conduzidas por grandes empresas ou grandes personalidades que no fundo fazem essas ações com intuito de promover a empresa ou o seu nome na mídia.

Segundo definição das Nações Unidas (1948), o voluntário é o agente social que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade; doando seu tempo e conhecimentos, na realização de um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político, emocional.

Segundo a pesquisa realizada por Landim e Scalon (2000), há uma expressiva presença da “caridade” e das “doações” como prática regular na vida dos brasileiros: *“quatro entre cinco indivíduos adultos doam algo para alguma entidade ou para alguém em algum momento”*. Quanto ao trabalho voluntário, 19.748.388 pessoas o que corresponde a 22,6% da pesquisa “doam” parte de seu tempo, seja para alguma entidade ou para outras pessoas que não são seus parentes e nem amigos. Quanto ao destino das doações, 50% vão para instituições religiosas (igrejas, templos, paróquias, centros espíritas), 46% para instituições de assistência social (creches, abrigos, orfanatos) e apenas 2,8% destinam-se a instituições de promoção de saúde, educação, defesa de direitos, ação comunitária. Dos doadores habituais, sua maioria se encontra entre aqueles que têm por hábito freqüentar cultos religiosos: 53,7% dos doadores dizem freqüentar cultos pelo menos uma vez por semana, contra 4,7% que não declaram não o fazer. Dos que prestam trabalho voluntário, 37,7% freqüentam cultos mais de uma vez, 9,3%, poucas vezes, e apenas 0,5% não participam de cultos religiosos. Observando os dados colocados pelos autores, percebe-se que a prática da caridade é algo comum no

cotidiano dos brasileiros e a “religiosa” é considerada como uma das fontes de inspiração para as doações.

Assim, no Brasil, a “caridade” demonstra ter um vínculo muito forte com a crença religiosa, onde a mesma é difundida como um dever cristão que possibilita o cidadão demonstrar perante a sociedade um caráter nobre e bondoso. Tendo por premissa básica o amor, a bondade, a humildade e a vontade de servir ao próximo, praticam uma assistência baseada na idéia de amor fraterno, sem interesses pessoais ou recompensas.

Outro dado interessante é que 27% dos calouros de Serviço Social entendem a profissão de assistente social como aquela que deve buscar a ampliação da cidadania. O termo cidadania não nasceu na atualidade, suas primeiras teorias surgiram na Grécia clássica, no século V-IV antes da era cristã, onde os gregos conheceram na prática as primeiras formas de democracia, onde um número relativamente baixo de pessoas já podia participar ativamente na vida política do Estado. Um dos filósofos mais importantes dessa época foi Aristóteles, que já definia o cidadão como sendo toda pessoa que tinha o direito e o dever de contribuir para a formação do governo, participando ativamente das assembleias onde se tomavam as decisões que envolviam a coletividade.

Porém, o conceito de cidadania desta época é bem diferente do caracterizado na atualidade, pois para os gregos a cidadania não possuía um caráter universal, pois estavam excluídos os escravos, as mulheres e os estrangeiros, que em conjunto, correspondiam a mais de três quartos da população ateniense. Além disso, o conceito de cidadania entre os gregos só envolvia os chamados “direitos políticos”, não contemplando os “direitos civis” e muito menos os “direitos sociais”.

O sociólogo britânico T.H.Marshall (1967) trouxe grandes contribuições para a compreensão e discussão da noção de cidadania nos tempos modernos, onde o mesmo, em seu ensaio sobre “Cidadania e Classe Social” descreveu os três níveis pelo quais se poderia conquistar a cidadania plena. Assim, para obtenção da mesma o cidadão teria que passar por um processo cronológico que se iniciaria com a obtenção dos direitos civis, passando pelos direitos políticos até se conseguir conquistar os direitos sociais.

A cidadania, como qualquer outro direito do trabalhador, não foi dada aos indivíduos, mais sim resultado de um processo histórico de lutas e conquista destes frente à classe burguesa. O conceito de cidadania vem sendo trabalho ao longo da história das civilizações por vários autores e com isso tem vários entendimentos diferentes. Tentarei trazer para discussão alguns autores que abordam esse tema para melhor compreensão desse conceito.

A expressão cidadania está em toda parte, apropriada por todo mundo, evidentemente com sentido e interpretações diferentes. Se isso é positivo, por outro lado, face à velocidade e voracidade das várias apropriações dessa noção, nos coloca a necessidade de precisar e delimitar o seu significado. Segundo Marx, os indivíduos constroem coletivamente todos os bens sociais, toda a riqueza material e cultural de uma sociedade, mas não são capazes de se reapropriarem efetivamente desses bens por eles mesmos criados dado a divisão da sociedade em classes antagônicas. Partindo da concepção de Marx, Carlos Nelson Coutinho define cidadania como sendo “a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humanas abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” Coutinho (1997).

Assim, segundo Coutinho (1997) o alcance da cidadania é um processo histórico pautado na luta por conquistar direitos, na qual a mesma é adquirida pela capacidade de alguns indivíduos de conseguirem se apropriar dos bens socialmente criados por eles. Assim, o mesmo define cidadania como a presença efetiva de condições sociais e institucionais que possibilitem aos cidadãos a participação ativa na formação tanto dentro do governo, quanto do controle da vida social da população.

Rousseau traz o conceito de cidadania interligado com o conceito de democracia, pois para ele a cidadania é adquirida quando todo cidadão é capaz de participar consciente de todas as gestões e controle da esfera pública o que ele chama de “soberania popular”.

Para Faleiros (1985), a cidadania se constrói no exercício dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, éticos, que foram construídos historicamente, mediante leis, normas, costumes, que colocam os indivíduos como membros ativos de uma determinada sociedade, na qual os mesmos passam a poder exigir os seus direitos perante o Estado. Segundo o autor, os assistentes sociais têm que trabalhar com compromisso e engajamento para o fortalecimento (empowerment) do oprimido no processo de enfrentamento de sua fragilização por meio de políticas que sejam vantajosas para as camadas populares, bem como, possa fornecer as informações corretas, o encaminhamento exato, em sua atuação profissional.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a soberania popular é exercida por meio do sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos, por meio de plebiscito, referendo ou iniciativa popular. Porém, a compreensão desses direitos vai muito

além da possibilidade de votar e ser votado, mas representam vitórias conquistadas pelos grupos excluídos por meio de lutas populares no âmbito da sociedade política. Assim, a cidadania se materializa através das políticas sociais no campo dos direitos, com o reconhecimento dos direitos civis no século XVIII, dos políticos no século XIX e dos direitos sociais no século XX. Mas para atingir a cidadania plena é preciso não só que os direitos sejam reconhecidos formalmente, mas também materialmente, ou seja, que haja ação política por parte dos cidadãos para fazer valer os direitos garantidos, e assim, tentar fazer que a sociedade crie uma educação cidadã entre a população.

A garantia da cidadania e da democracia, como princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Serviço Social, deve ser defendida quando o mesmo vem a intervir na realidade social, possibilitando a conquista e a garantia desses direitos e buscando a expansão destes para além do código, onde esses princípios devem ser vistos como verdadeira expressão da soberania popular.

Na questão o principal motivo para escolha do curso de Serviço Social, observou-se que:

O curso de Serviço Social não é a primeira escolha da maioria dos calouros.

Escolha pelo curso (Em porcentagem)	1º/2006	2º/2006	1º/2007
Foi a 1º opção (Sim)	44	38	31
Não foi 1º opção (Não)	56	62	69

(Tabela 7)

Gráfico 19: Referente ao 1º semestre de 2006.

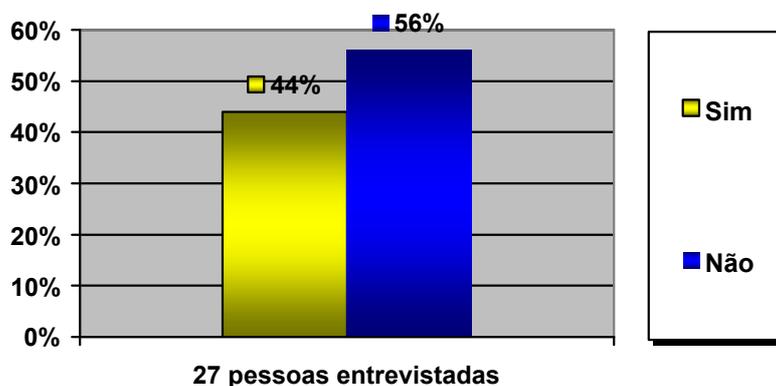


Gráfico 20: Referente ao 2º semestre de 2006.

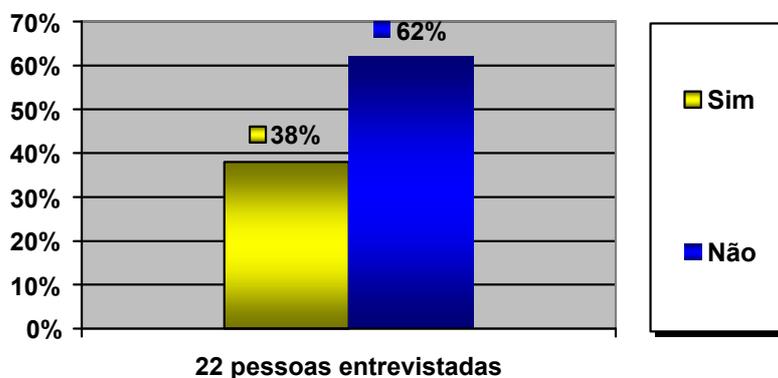
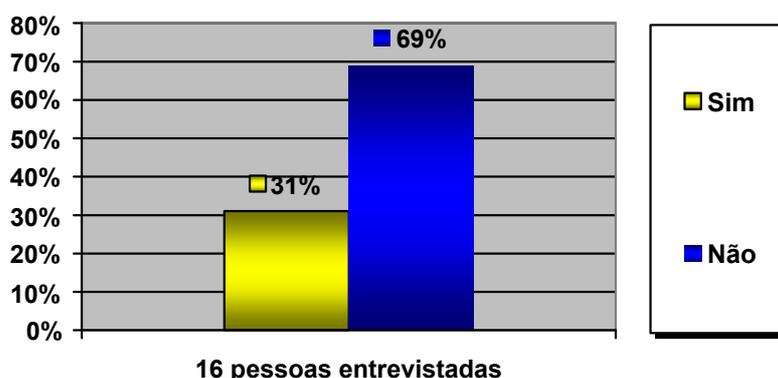


Gráfico 21: Referente ao 1º semestre de 2007.



Uma das perguntas mais importante desta pesquisa foi saber qual o motivo que levou os alunos a optarem pelo curso de Serviço Social. Esta pergunta teve como principal objetivo tentar esclarecer o que leva os novos alunos a optarem pelo curso de Serviço Social. Porém, antes de responderem a esta questão os calouros responderam se o curso de Serviço Social tinha sido sua primeira opção. Apesar do curso de Serviço Social não ter sido a primeira escolha da grande maioria dos entrevistados, o motivo que mais foi identificado para a escolha do curso de Serviço Social foi à afinidade que os alunos possuem com as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais, tais como, poder lidar com pessoas no seu dia-a-dia. Um fator que chamou a atenção na escolha do curso de Serviço Social pelos calouros, e que ficou em segundo lugar em suas escolhas, foi que os mesmos consideram a nota de corte para entrar em Serviço Social um pouco mais baixa que alguns cursos como Nutrição, Direito, Farmácia, entre outros. Porém, cabe destacar que de acordo com dados estatísticos dos últimos vestibulares realizados pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da

Universidade de Brasília (CESPE), tanto a concorrência como a nota de corte em Serviço Social esta ficando mais concorrida e maior.

Ao verificarmos a tabela abaixo, podemos observar que fatores como ajuda ao próximo, caridade, religiosidade, filantropia, apesar de em menor quantidade, ainda estão presentes na escolha pelo curso. Outras formas na escolha pela profissão apareceram com menor expressão na escolha do curso, como por exemplo, o mercado de trabalho, reivindicação de direitos e realização de pesquisa. Ao analisarmos a tabela abaixo percebemos que não existe um motivo predominante na escolha do curso de Serviço Social pelos calouros, mas sim uma grande variedade de motivos que os levam a optar por este curso.

Motivo da escolha do curso	1º/2006	2º/2006	1º/2007
Mercado de Trabalho	4	4	0
Afinidade	37	32	38
Fazer Pesquisa	10	0	12
Facilidade de Aprovação	15	23	21
Justiça Social	11	9	12
Religiosidade	8	9	4
Caridade	15	23	13

(Tabela 8: Motivo para escolha do curso)

Gráfico 22: Referente ao 1º semestre de 2006.

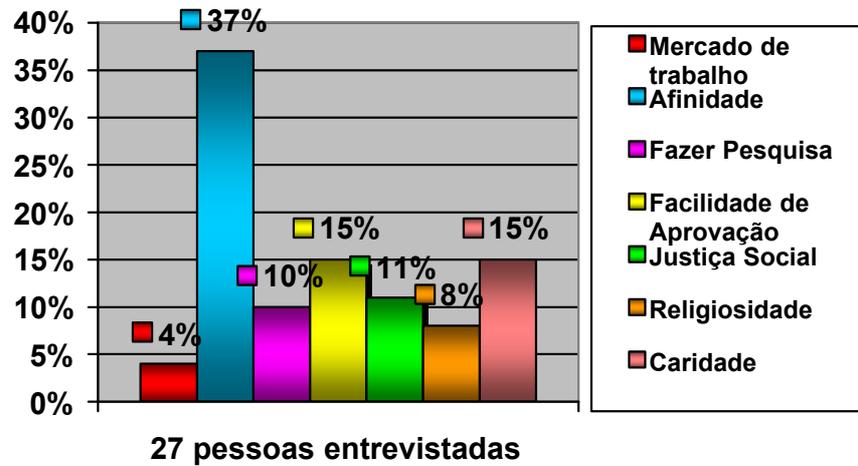


Gráfico 23: Referente ao 2º semestre de 2006.

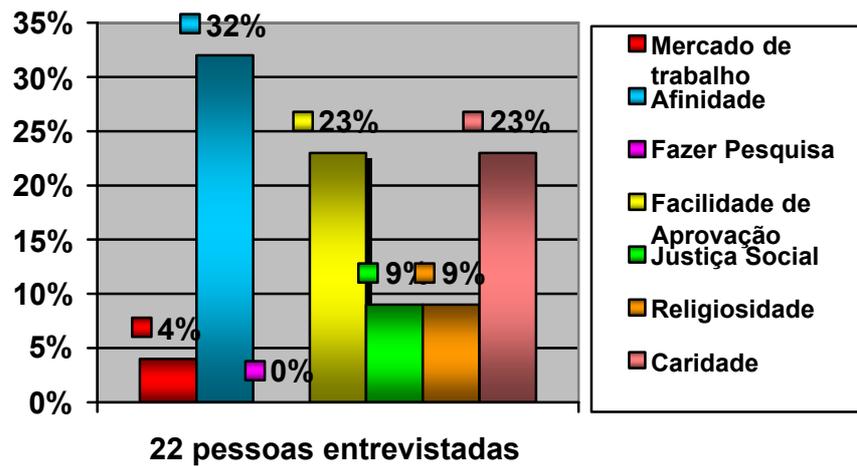
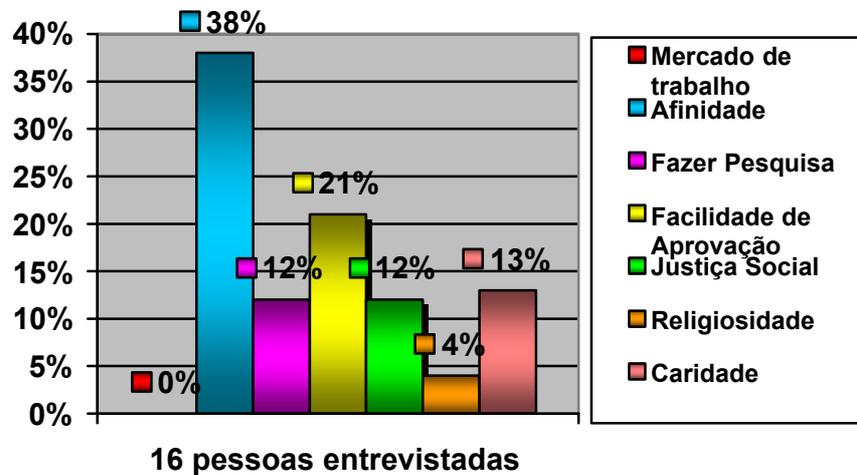


Gráfico 24: Referente ao 1º semestre de 2007.



O assistente social	1º/2006	2º/2006	1º/2007
Influenciou	37	46	25
Não Influenciou	63	54	75

(Tabela 9: Influencia de alguma pessoa na escolha pelo curso)

Gráfico 25: Referente ao 1º semestre de 2006.

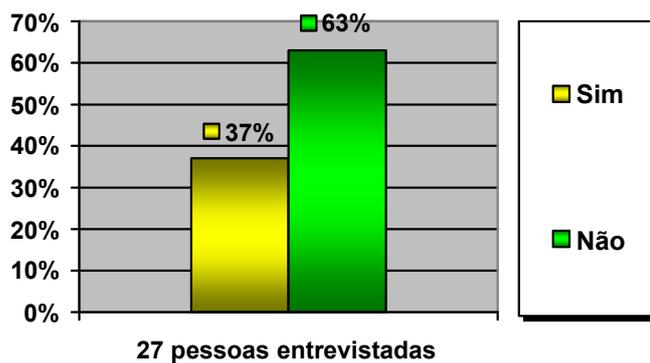


Gráfico 26: Referente ao 2º semestre de 2006.

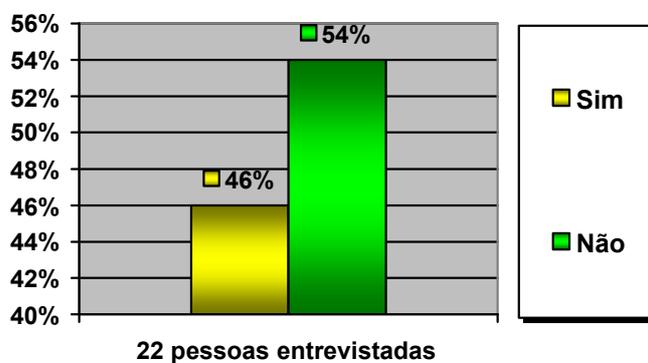
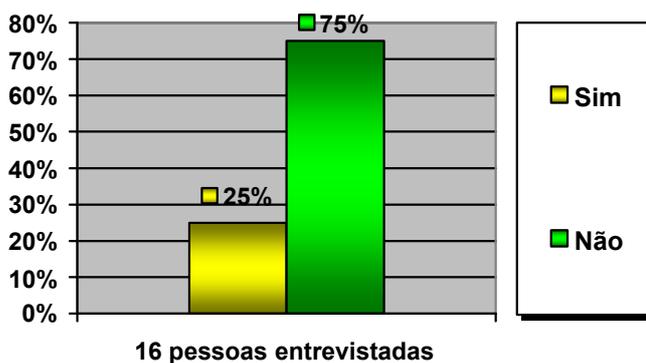


Gráfico 27: Referente ao 1º semestre de 2007.



A última pergunta da pesquisa era para saber se o calouro teve alguma influência de alguma pessoa antes de optar pela escolha da profissão. Esta pergunta era do tipo aberta no qual os calouros podiam expressar se foram influenciados pelos profissionais da área e de qual maneira este contato colaborou para a escolha do curso, como também dizer se tiveram algum outro tipo de influencia para escolha do curso de Serviço Social por qualquer outra pessoa.

Apesar de a grande maioria dos calouros não terem sido influenciados em seu contato com outros profissionais de Serviço Social, podemos perceber na tabela acima, que no 1º semestre de 2006, 63% dos calouros não foram influenciados por ninguém e 37% tiveram influencia de pelo menos uma pessoa na escolha de seu curso. Este contato com estas pessoas que entendiam sobre Serviço Social foi na maioria das vezes com assistentes sociais, colega, família, etc, e esta influência ocorreram de diversas maneiras, dentre as quais podemos destacar: incentivo para escolha do curso, clarificação sobre o que significava o curso de Serviço Social, fazendo os alunos enxergar melhor os diversos campos em que os assistentes sociais poderiam trabalhar, retirando preconceitos existentes sobre o curso, entre outros.

Um dado interessante que foi demonstrado como resposta desta pergunta é que mais de 50% dos novos alunos que ingressam no curso de Serviço Social se originam de famílias de tradição religiosa, onde algumas destas famílias foram fatores determinantes para escolha do curso. Apesar de aparecer com menos de 10% nas respostas, a influencia da família por meio da religião também foi determinante na escolha do curso de Serviço Social para alguns desses alunos, onde a religião é considerada um importante elemento de socialização.

3-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A Influência da Igreja Católica nas Origens da Profissão de Assistente Social no Brasil

Aproximadamente, no final do século XIX, início do XX, com a Revolução Industrial, houve um agravamento da questão social, aumentando a miséria, desemprego, pauperização; as relações de trabalho não eram regulamentadas, a jornada de trabalho era quase o dia inteiro, todas as faixas etárias trabalhavam - de crianças até idosos. De um lado, as pessoas viviam em condições de extrema pobreza, de outro, o capitalismo se expandia para além das fronteiras nacionais. Para evitar convulsões sociais advindas das péssimas condições de vida da população trabalhadora, a burguesia apoiou-se em ações filantrópicas, a partir de ações da Igreja e do Estado a fim de racionalizar a assistência, criando com esta união a Sociedade de Organização da Caridade, que tinha como prática o Serviço Social.

Não obstante, todas estas situações de miséria convivendo ao lado de abusos por parte da burguesia, fez com que os trabalhadores começassem a tomar consciência das suas condições de vida, o que fez com que se organizassem em sindicatos e partidos, onde, o fortalecimento da identidade da classe trabalhadora aconteceu, sobretudo, a partir das experiências e lutas das associações e organizações sindicais. Os movimentos populares possibilitaram a tomada de consciência política, de classes de trabalhadores, que passaram a reivindicar por direitos e melhores condições de vida. Este processo despertou aquilo que a tradição marxista denomina *consciência de classe*: as aspirações dos trabalhadores passaram a ter, além do sentido econômico, forte caráter político.

O Estado, para manter a ordem e o sistema vigente, faz um conjunto de programas, projetos e serviços, planejados para satisfazer necessidades básicas destes trabalhadores, que são as políticas sociais. Do ponto de vista do capital, tais políticas assumem caráter ideológico de *controle e manipulação*, além de representar economia de recursos que seriam despendidos com a elevação dos salários.

O Serviço Social foi introduzido no Brasil na década de 30, não podendo ser analisado como um fato isolado, mas sim, como decorrente do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, nos setores político, econômico, social e religioso. De maneira geral, a profissão de assistente social surge em meio ao agravo da questão social nesta época, onde, o processo de institucionalização do Serviço Social dentro da divisão social do trabalho

encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, geridos ou subsidiados pelo Estado, que viabilizaram a expansão do mercado de trabalho para estes trabalhadores.

Historicamente, a influência da concepção de homem veiculada pela doutrina da Igreja Católica nas primeiras formulações teóricas do Serviço Social foi muito grande, notadamente no contexto latino-americano, especialmente no Brasil (IAMAMOTO, 1996). Durante vários anos, a doutrina da Igreja Católica orientou tanto a teoria como a prática profissional do assistente social, considerando Deus como a única fonte de justiça e que somente a partir dos princípios cristãos é que se poderia atingir a justiça social. Este vínculo com a Igreja Católica trouxe para a profissão de assistente social a idéia de uma moça boazinha e religiosa a qual ajuda o próximo e que tem pena dos pobres.

A fundação das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil deu-se em São Paulo em 1936, Rio de Janeiro em 1937 e no Paraná em 1944, onde a Igreja Católica, através de sua ação renovadora, influenciou diretamente na fundação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Na trajetória da profissão, além da influência da Igreja Católica, influenciaram as ações dos profissionais o Serviço Social Europeu e o Norte Americano, dos quais destacamos a introdução do caráter científico dado à profissão de assistente social, principalmente, devido à realização de convênios culturais entre os Estados Unidos e o Brasil que possibilitou que assistentes sociais brasileiros fossem realizar cursos naquele país.

Inicialmente, os cursos de Serviço Social foram constituídos de senhoras consideradas as “damas” da sociedade burguesa, o que ocasionou o seu caráter não contestador em relação às causas dos problemas sociais desta época. As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil baseavam-se na doutrina de cunho filosófico religioso e primavam pela formação moral dos assistentes sociais, além da formação técnica, sem o estudo da questão social, da origem das desigualdades e nenhum tipo de questionamento sobre o sistema capitalista ou um modo de superá-lo. Portanto, no Brasil, assim como no mundo, a base para o surgimento do Serviço Social foi o assistencialismo e os interesses da burguesia que tinham por objetivo ampliar sua legitimidade e ganhar respaldo político.

Os assistentes sociais desta época entendiam que a formação profissional deveria ser orientada pela doutrina da Igreja Católica, não sendo suficiente somente o preparo técnico, mas sim, que deveriam os mesmos possuir uma sólida formação moral, como um dos requisitos necessário e indispensável aos profissionais. Assim, ao seguirem às orientações da Igreja Católica, partilhavam suas críticas e suas orientações defendendo seus valores e suas premissas básicas. Dentre os atributos que a Igreja Católica destacava que os assistentes

sociais deveriam possuir, podemos destacar: responsabilidade, vocação, sacrifício, disposição para servir, perseverança, amor ao próximo, entre outros.

Esta vinculação da origem do Serviço Social com a Igreja Católica, de práticas que davam assistência apenas àqueles indivíduos em situação de miséria, prática esta paternalista e clientelista, pode ser considerada como uma das razões pelas quais muitas pessoas, até mesmo nos ambientes acadêmicos e institucionais, ainda hoje tenham essa visão distorcida do Serviço Social.

3.2 O Serviço Social como Reforço da Garantia de Direitos Sociais

Iamamoto e Carvalho (1982) defendem que o Serviço Social, como instituição componente da organização da sociedade, tem sua atuação polarizada pelos interesses das classes sociais antagônicas. Logo, a atuação do Assistente Social reproduz interesses contrapostos que convivem em tensão, contribuindo para a continuidade contraditória das relações sociais.

Nesta perspectiva “a atuação do assistente social, responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seus opostos. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 75).

No processo constitutivo da intervenção do assistente social o elemento principal de seu trabalho é a questão social e suas múltiplas expressões, tendo como instrumento principal de trabalho seu arsenal técnico-operativo, onde a pesquisa desempenha papel fundamental para um bom desempenho de suas atividades.

“O Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho” (IAMAMOTO, 1999:113) no mundo capitalista se desenvolve frente a uma série de componentes que formam sua atuação profissional. A atuação está vinculada diretamente como o desapropriamento das forças de trabalho de uma classe operária explorada e dominada nos mais diversos desdobramentos da questão social que é ao mesmo tempo “desigualdade e rebeldia”. Sendo assim, cabe a cada assistente social descobrir qual a fatia da questão social que lhe cabe frente a sua atuação profissional.

De acordo com M.L.L.Silva (1999), três exigências são necessárias para o exercício da profissão de assistente social na contemporaneidade, são eles:

- a) Consistente conhecimento teórico-metodológico, que propicie aos profissionais uma compreensão clara da realidade social e a identificação das demandas e possibilidades de ação profissional que esta realidade apresenta;
- b) Realização dos compromissos ético-políticos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, fundado nos valores democráticos e humanistas da participação política - liberdade, igualdade e justiça social - e nos valores de cidadania;
- c) Capacidade técnico-operacional, que possibilite a definição de estratégias e táticas na perspectiva da consolidação teórico-prática de um projeto profissional comprometido com os interesses e necessidades dos usuários, com a defesa dos direitos sociais, com a ampliação da esfera pública e com a construção de uma nova cidadania social, capaz de realizar e impulsionar novos direitos, mediante o fortalecimento da consciência de classe e da organização política, sindical e comunitária.

Devemos levar em consideração todas as relações históricas, teóricas e metodológicas do Serviço Social desde o seu primórdio – um Serviço Social positivista e messiânico – até os dias atuais – um Serviço Social crítico, investigativo e reconceituado. Pois o Serviço Social requer [...] “olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação” (IAMAMOTO, 2004:19), para que se possa desenvolver uma prática de trabalho que possibilite a criação de uma nova sociedade democrática e igualitária.

O assistente social está sempre imerso em conflitos e contradições da instituição na qual o profissional trabalha, sendo uma atividade laborativa inserida na lógica da reprodução social. Não se pode esquecer que o Serviço Social é uma profissão interventiva; é um trabalho que pressupõe intervenção. Inicialmente, a prática do assistente social era tida como alienada, alienadora e alienante. Porém, atualmente o trabalho do assistente social não está submetido num processo de alienação, pois o mesmo pode optar por defender uma postura crítica na sua atuação profissional em defesa dos direitos dos usuários.

Para um bom desempenho de suas atividades a investigação é essencial para o Serviço Social, pois permite uma intervenção eficaz, à medida que reúne a teoria e a prática e auxilia o assistente social a desvincular-se de uma atuação marcada por juízo de valor. Além, disso, o papel da investigação situa a prática do Serviço Social numa visão de totalidade e contribui na ruptura com a visão missionária do assistente social. Devido ao caráter interventivo do Serviço Social, a investigação permite que o profissional, conheça a expressão

da questão social sobre a qual incidirá sua intervenção colaborando assim para seu melhor desempenho profissional.

Fritsch (1996) sustenta a tese de que o assistente social precisa abastecer constantemente a relação teoria/prática, acompanhando com o olhar atento e sem se desvincular do seu referencial teórico as tendências de mediações que surgem e que podem contribuir para que o compromisso da profissão com a emancipação dos sujeitos sociais seja viabilizado. Para o autor, o planejamento estratégico não só pode como deve ser utilizado pelo Serviço Social haja vista que “o planejamento estratégico pode contribuir no avanço de nossa prática, imprimindo organicidade e dinamicidade à nossa intervenção” (Fritsch, 1996:143).

Vale dizer que embora o planejamento estratégico surja com o advento do capitalismo não significa que ele não possa ser útil ao Serviço Social. Assim, mostra-se relevante à utilização do planejamento estratégico pelo Serviço Social, a fim de aprimorar a intervenção do assistente social na questão social.

De acordo com Rosângela Fritsch, o planejamento estratégico é um dos mecanismos que os profissionais de Serviço Social podem utilizar como meio de sua intervenção profissional e que as relações entre o planejamento e o Serviço Social se dá por intermédio de poder e participação. Assim, o planejamento estratégico é um instrumental essencial aos profissionais que querem intervir na realidade e trazer mudanças na sua prática profissional, para não ocorrerem no erro das surpresas e imprevistos que podem vir a acontecer, tendo em vista antecipar os acontecimentos, para não cair nos improvisos, incertezas e riscos do cotidiano, podendo assim agir de forma racional para obter melhores resultados.

Por último, destaco os seis desafios que são colocados por Iamamoto (1998) para a atuação do profissional do assistente social na contemporaneidade. São eles:

- 1) Defender as conquistas sociais obtidas na Constituição de 1988, bem como, lutar pelo caráter universalizante das políticas públicas.
- 2) Aproximar as classes subalternas, por meio da pesquisa criteriosa com intuito de captar os núcleos de contestação e resistência em defesa da vida do trabalhador.
- 3) Fazer com que a população reconheça os seus direitos não apenas no âmbito normativo legal, mas que os direitos operem como princípios reguladores das práticas sociais.
- 4) Criar uma cultura pública democrática
- 5) Criar uma nova cidadania que implique na efetivação dos direitos sociais.
- 6) Que o assistente social possa desenvolver sua prática profissional centrada em defesa da ampliação progressiva da denominada esfera pública.

Os seis desafios colocados à cima se completam, e trazem alternativas e possibilidades para a prática do assistente social no cenário atual, fazendo que o mesmo possa traçar metas e formular propostas que possam garantir e expandir os direitos da classe trabalhadora.

3.3 - A Evolução do Código de Ética do Serviço Social como Reforço da Busca pela Garantia de Direitos

O primeiro Código de ética da profissão, datado de 1947, caracterizou-se por seu aspecto normativo e conservador vinculado ao pensamento católico, bem como por uma visão da profissão como algo homogêneo.

Em meio à repressão política implantada pela ditadura, o Código de ética de 1965 pautou-se na defesa da família, na integração entre as classes mediante o estabelecimento de uma ordem justa e solidária que propunha o desenvolvimento harmônico e manteve o moralismo e o conservadorismo do Código anterior, porém sob as bases neotomistas; nele reforça-se o aspecto de profissão liberal do Serviço Social e paradoxalmente há a configuração de espaço para o pluralismo e a defesa de uma atuação imparcial.

Discussões sobre um método único de intervenção com diagnóstico/tratamento/avaliação, bem como, uma visão liberal da intervenção social embasada no esforço individual, marcaram a década de 1970 e o Código de ética de 1975 será norteado pela permanência da moral acrítica, a neutralidade e pela ideologia estrutural-funcionalista que defende o bem comum, a ordem e a coesão social.

O Código de ética de 1986 constitui um avanço em relação aos anteriores recusou a neutralidade da prática profissional, reconhecendo a dimensão histórica e política da profissão, estando em favor da classe trabalhadora superando a análise do objeto sob a perspectiva da anormalidade, e de reconhecer também o historicismo da moral.

Se o Código de 1986 rompia com o tradicionalismo, com o personalismo cristão e com os princípios abstratos e neutros – característicos do neotomismo -; o Código de 1993 preconiza uma apropriação teórica da produção marxiana, pautando-se na ontologia social de Marx e no seu projeto societário, o que se constitui como embasamento filosófico à leitura da realidade e atuação profissional (MUSTAFÁ, 2003: 64).

O Código de ética de 1993 – que incita uma emancipação do ser social e estabelece uma dimensão política que viceja transformar a ordem social posta e seus princípios, defendendo a liberdade como seu valor ético-central – é, segundo Yamamoto (1998), também fruto das transformações ocorridas na sociedade brasileira nos anos 1980 e entrada dos anos 1990.

O Código de ética profissional do Serviço Social traz um vínculo com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e com as novas Diretrizes Curriculares (1982) que compõem o projeto-ético político profissional e que elaboram a direção social estratégica para a categoria (SALES, 1999).

O que caracteriza a real efetivação do trabalho do assistente social como o projeto ético-político da profissão é quando o profissional em sua práxis consubstanciando os princípios fundamentais da ação profissional, tais como: compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população; exercício do Serviço Social sem discriminar e empenhado na eliminação de todas as formas de preconceito, seja por questões de inserção de classe social, gênero, orientação sexual, condições físicas, etc.; reconhece a liberdade como valor ético central; defende intransigentemente os direitos humanos, sociais, civis e políticos dos usuários; posiciona-se em favor da equidade e justiça social, assegurando a universalização de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, como preconiza o código de ética do assistente social. Em uma prática reconceituada, renegando o conservadorismo da profissão empenhado em articular-se com outros profissionais que preconizam tais princípios em uma atuação plural e democrática.

3.4 As Novas Exigências do Mercado de Trabalho para os Assistentes Sociais

O trabalho sempre foi um dos temas mais importantes para a sociedade e muitas teorias foram desenvolvidas ao longo da história para explicar o seu valor e impedir a manipulação e seu uso indevido. Para Marx, o trabalho é tido como elemento central da sociabilidade humana. O lucro explicita a contradição do capitalismo, pois o trabalho é algo social e a riqueza apropriada por um grupo seletivo, onde a questão social é o produto da exploração.

A partir dos anos 80 o processo de aceleração das mudanças tecnológicas e o incremento da competição internacional pelos mercados têm colocado a necessidade de desregulamentação entre as prioridades de desenvolvimento dos sistemas de direito do trabalho. As transformações por que passa a nossa época são bastante diferenciadas daquelas trazidas com a Revolução Industrial que motivou a reorganização das relações mundiais de produção e trabalho. Dentre as novas tendências pode-se destacar: a tecnologia, a competição, o excesso de oferta, a globalização, as expectativas do cliente, as relações de propriedade e a dinâmica das forças de trabalho. Este processo de mudanças na produção tem gerado tensões que colocam em cheque as instituições trabalhistas surgidas neste contexto.

Neste contexto, é fácil perceber que as organizações para sobreviverem devem enfrentar todos estes desafios, o que pressupõe uma capacidade de prever mudanças e administrá-las, privilegiando a adaptabilidade, a flexibilidade, a sensibilidade, a decisão e a rapidez; daí a crucial importância do desenvolvimento antecipado de estratégias, ou, dito de outra forma, o que faz a diferença fundamental entre as empresas no mundo moderno é a qualidade do seu planejamento estratégico.

Hoje em dia, a tendência do mercado de trabalho é selecionar cada vez mais seus trabalhadores, onde as empresas estão investindo na capacitação dos funcionários, em pessoas com capacidade de trabalhar em equipe, de tomar decisões, de lidar com as diversidades, entre outros. Isto por que, a crescente industrialização passa a demandar processos de trabalho mais complexos, fragmentados e especializados passando a exigir uma organização mais racional não só da indústria, como também do próprio governo.

Assim, atualmente, o mercado de trabalho impõe não só para o profissional assistente social, como também para qualquer trabalhador, um maior nível de especialização, o que significa esta sempre aprimorando seus conhecimentos de acordo com as novas tendências mundiais, em termos de conhecimento técnico/operativo e intelectual, oriundo da reestruturação produtiva e das novas relações de trabalho.

De acordo com Netto (1994:123), o mercado de trabalho passou a exigir do assistente social um padrão de desempenho vinculado à racionalidade burocrático-administrativo, que a modernidade trouxe para dentro dos espaços institucionais. Assim, o mercado de trabalho passou a exigir do profissional assistente social um desempenho moderno onde traços tradicionais deveriam ser substituídos por procedimentos racionais, pois, este mercado requer do assistente social um profissional que seja capaz de formular,

implementar, acompanhar e executar tanto políticas públicas como desempenhar atividades de iniciativas privadas.

O Serviço Social no Brasil afirma-se como uma profissão estreitamente ligada ao setor público, principalmente, em face da progressiva ampliação do controle e do âmbito de ação do Estado junto à sociedade civil na década de 80. Assim, hoje o Estado ainda é o maior empregador dos assistentes sociais, especialmente nas áreas de saúde e assistência. Porém, com o agravamento da questão social, aumentou também o campo de atuação para o profissional em outras áreas de atuação.

Cabe destacar que a Reforma Administrativa do Estado aos poucos já está sendo implementada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que atualmente é denominado de Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), principalmente após a EC N° 19, em que o Estado já passou a substituir parcialmente o modelo organizacional denominado administração burocrática, que tem nos princípios da legalidade e moralidade seu principal fundamento, por um novo modelo, denominado administração gerencial, que tem no princípio da eficiência seu argumento principal. Este novo modelo tem três pressupostos básicos, que são:

- 1) O afastamento do Estado da prestação direta de serviços públicos propriamente ditos, mediante sua delegação a iniciativa privada, passando somente a regular estas atividades por meio de agências reguladoras.
- 2) Foco no cidadão, buscando reduzir o custo dos programas sociais e aumentando a qualidade no atendimento ao cidadão.
- 3) Viabilizar a revisão dos processos de trabalho do Governo Federal, com vista a sua maior eficiência.

Assim, com esta reforma o governo está cada vez mais deixando de lado o seu dever de promover políticas públicas universais, para entregar nas mãos da iniciativa privada através da terceirização e parcerias, que acaba por tornar estas políticas cada vez mais focalizadas, pontuais, seletivas e precárias.

Se por um lado, houve um aumento da contratação de assistentes sociais por parte da iniciativa privada, pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs), empresas ditas “cidadãs”, Organizações Sociais, Fundações, Organizações das Sociedades civis de Interesse Público, entre outros, por outro lado, houve uma diminuição desta contratação por parte do governo que está cada vez mais deixando de ser responsável pelo desenvolvimento social do país.

Assim, vejo o mercado de trabalho como um desafio para os assistentes sociais, pois os mesmos têm o dever de tentar garantir que os direitos sociais se tornem universais como preconiza a Constituição Federal de 1988, e ao mesmo tempo, ter que trabalhar para aqueles que pregam políticas públicas focalizadas e precárias.

3.5 O Movimento de Reconceituação como Ruptura Teórico-Metodológica na Prática do Serviço Social

Inicialmente, o Serviço Social era entendido como uma “missão”, um “serviço” à sociedade, que estava na dependência de uma “vocação” específica de seus agentes, a quem competiria, segundo expressões muito utilizadas na época, “fazer o bem-feito”. Isso significava realizar um trabalho de ajuda com competência técnica, com base em princípios filosóficos e morais, que seriam transmitidos aos assistentes sociais, através da educação.

Pontua-se que, essa visão inicial, com muita ênfase em conteúdos filosóficos, logo se mostrou insuficiente para a atuação prática dos assistentes sociais. A partir da década de 40 do século XX, os novos profissionais procuraram um aprimoramento técnico e metodológico, tendo como fundamento as Ciências Sociais.

Esses fundamentos foram muito questionados, a partir da década de 60, época em que grandes mudanças ocorreram na vida social, econômica, política e cultural brasileira. Nesse contexto, os intelectuais das áreas das Ciências Humanas e Sociais, entre eles os de Serviço Social, questionavam-se sobre as formas de superação das situações de atraso e de marginalidade social e sobre o papel dos diferentes profissionais no processo de desenvolvimento.

Com a diminuição dos movimentos mais amplos de mudanças sociais, após 64, os Assistentes Sociais se dedicaram com maior profundidade à crítica interna. Foram realizados importantes encontros profissionais, em níveis regionais, nacionais e latino-americanos, debatendo as questões profissionais e educativas do Serviço Social. A partir desses encontros, foram se definindo novas tendências no seu interior, tendo sido incrementada a produção intelectual e científica da área, em revistas, documentos e livros, que passaram a ser chamados seminários e documentos de Teorização, que trazem os objetivos e posicionamentos políticos

da profissão de assistente social. Foram eles: Araxá (1967); Teresópolis (1970), Sumaré e Alto da Boa Vista.

O final da década de 60 e início da década de 70, o Brasil passou por um movimento de ruptura com as práticas conservadoras no Serviço Social brasileiro numa tentativa de mudá-las, conseqüentemente tentando mudar também a identidade da profissão. Esta ruptura com as práticas conservadoras desempenhadas por assistentes sociais foi desencadeada devido ao movimento de Reconceituação, que neste período estava começando a ocorrer em quase toda a América Latina. De uma maneira geral, o movimento de Reconceituação pode proporcionar aos assistentes sociais no Brasil uma visão de mundo ampliada e diferente, pois os profissionais passaram a não aceitar mais observar somente o indivíduo em si, mas sim que este fazia parte de um todo e precisava ser visto de forma crítica.

Para Marilda Iamamoto (2001), o movimento de Reconceituação foi o momento que os assistentes sociais passaram a contestar o Serviço Social tradicional, ao modo tradicional de operar. Assim, a autora considera que houve um questionamento global da profissão, de seus fundamentos teóricos, ideológicos e de suas raízes sócio políticas, exigindo uma politização da ação dos profissionais e uma reestruturação da formação profissional. Assim, os assistentes sociais deveriam revisar suas concepções e intervenções, conceitos, teoria e prática, para com isso poderem se adequar melhor às realidades, demandas e problemáticas da realidade social.

Com os novos conceitos, reflexões e teorias postas com a Reconceituação, muitos profissionais passaram a contestar e rejeitar as práticas que eram vinculadas aos interesses das classes dominantes. Houve um questionamento quanto à necessidade de se buscar uma renovação dos aspectos operacionais, bem como, pode a Reconceituação abrir espaços para que a influência de novas teorias pudesse contemplar com rompimento da profissão com o assistencialismo e com o conservadorismo, podendo essas novas teorias servir de embasamento científico para estes profissionais. Com os novos conceitos e teorias que surgiram com este movimento, houve uma aproximação da perspectiva dialética marxista no curso de Serviço Social, a qual passou a ser a vertente de análise mais utilizada na formação dos assistentes sociais na atualidade. Assim, nesta perspectiva, o assistente social deve fazer uma leitura crítica da realidade enfocando o trabalho e o modo de produção capitalista, possuindo uma percepção crítica do desenvolvimento do capital e suas formas contraditórias de atuação, o que constituirá o objeto de estudos sobre o qual o Serviço Social deverá atuar para tentar modificar a realidade existente.

Conforme aponta Martinelli (2006), a construção da identidade profissional do assistente social será criada a partir de sua aproximação com as categorias da dialética marxista, pois com ela *“a profissão caminhará no sentido de participar coletivamente do processo de produção de novas relações sociais e de criação de alternativas peculiares de enfrentamento da relação capital-trabalho. Rompendo com a alienação e superando suas próprias origens burguesas, o Serviço Social dará o passo inicial para um novo momento da prática profissional, produzida por uma categoria crítica, politicamente assumida e capaz de lutar por sua identidade, não como ansiedade grupal ou obsessão pelo idêntico, mas como luta social pela transformação da sociedade”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a incursão bibliográfica realizada e a pequena pesquisa feita pode observar que: o curso de Serviço Social ainda continua predominantemente feminino, é um curso de jovens, a religião ainda influencia alguns alunos na escolha do curso, sendo predominante à religião Católica, e ainda, o Serviço Social não é a primeira escolha da maioria daqueles que optam por realizar este curso, sendo que, a grande parte dos calouros escolhe a profissão por motivos de caridade ou porque considera o curso de Serviço Social como sendo um pouco mais fácil de conseguir aprovação no vestibular.

Pode-se constatar também que grande parte dos calouros que ingressam no curso de Serviço Social tem uma idéia assistencialista a respeito do profissional assistente social, entendem a profissão de assistente social como ajuda, havendo um caráter assistencialista entre os novos alunos, pois os mesmos acham que este profissional desempenha atividades e ações de cunho caritativo e não a de uma profissão cuja prática busca garantir direitos, diminuir as desigualdades sociais, lutar pela universalização das políticas públicas, entre outros.

Pelo exposto acima, podemos concluir que apesar do referencial teórico marxista, do projeto ético político da profissão e do movimento de Reconceituação ter rompido com o Conservadorismo no Serviço Social, o fato do mesmo trabalhar com a pobreza e a vulnerabilidade social, acaba por caracterizar a imagem de uma profissão de ajuda aos pobres, o que por consequência faz que o Serviço Social acabe por ficar com idéia de profissão que lida exclusivamente com a assistência social, não só junto as novos estudantes que ingressam no curso de Serviço Social (calouros), mais também perante a própria sociedade de uma maneira geral.

No trabalho também foi percebido a presença das categorias caridade, solidariedade, religiosidade, convivendo com as concepções de direito e cidadania. O que chamou a atenção foi à ambigüidade que é apresentada entre algumas dessas categorias quando colocada pelos calouros na escolha da profissão de assistente social, pois, muitos deles consideram estas concepções como se fossem a mesma coisa, atribuindo o mesmo significado a concepções diferentes.

O Serviço Social como profissão, nos últimos anos no Brasil, ampliou o seu campo ocupacional para todos os espaços onde a questão social se alastra e passa a percutir no campo dos direitos, da educação, da família, do trabalho, dos idosos, da saúde, de grupos étnicos, entre outros. Assim, um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é

desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. (IAMAMOTO, 1998). Hoje em dia, numa perspectiva crítica, o assistente social precisa se adequar à nova flexibilização no mercado de trabalho, onde os direitos dos trabalhadores estão cada vez mais sendo retirados, não para garantir a reprodução do capital, mas para tentar buscar propostas alternativas que possam não só preservar os direitos já conquistados, como também expandi-los.

Assim, o curso de Serviço Social deve buscar cada vez mais formar profissionais que saibam pensar e refletir a realidade existente, engajados na luta pela garantia de direitos e pela diminuição das desigualdades sociais formando profissionais que estejam preparados para encarar os vários desafios postos à profissão.

De uma maneira geral, pretendo que este Trabalho traga alguma contribuição para futuras discussões no Serviço Social, principalmente para os docentes e discentes deste curso. Espero também que o Departamento de Serviço Social possa conhecer melhor o novo perfil dos estudantes que ingressam no curso de Serviço Social, bem como, o mesmo possa tentar identificar os problemas e os avanços que obteve ao longo do tempo, para assim, tentar buscar um meio de se fazer uma melhor divulgação do trabalho do assistente social perante a sociedade, de maneira, a desvincular do “imaginário social” da população a idéia de que a profissão de assistente social desempenha atividades de cunho caritativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEPSS/CFESS/CEAD-UnB: *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, módulo 1, 93-109, Brasília: **1999**.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira, Série Legislação Brasileira. 4. ed. São Paulo Saraiva, **1990**.
- BOSCHETTI, I. *Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2.ed. Brasília: GESST/SER/UnB, **2003**.
- BAPTISTA, Myriam Veras. O planejamento estratégico na prática profissional cotidiana. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, **1995**.
- CASTRO, Manuel M. História do Serviço Social na América Latina. 4ª ed. São Paulo: Cortez, **1993**.
- CARVALHO, R. & IAMAMOTO, M.V. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Assistentes Sociais no Brasil - Elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília: CFESS, **2005**.
- FRITSCH, Rosângela. **Planejamento estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social? Revista**
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Política social do Estado capitalista: as funções da Previdência e assistência sociais**. São Paulo: Cortez, **1980**.
- GRAVE, F. *Trabalho, desemprego e serviço social*. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 69**, São Paulo, Cortez, **2000**.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. “ O trabalho do Assistente Social frente às mudanças de acumulação e de regulação social”. São Paulo:Cortez;/Celata, **1982**.
- IAMAMOTO, Marilda, CARVAHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*.- 2 ed., São Paulo: Cortez, **1983**.
- IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 9a ed., São Paulo: Cortez, **1993**.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social - ensaios críticos*. 3.ed. São Paulo: Cortez, **1995**.
- IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, **1998**.

- LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, **1991**.
- MARTINELLI, Maria Lucia. “ Serviço Social: rompendo com a alienação”, 13ed. São Paulo, Cortez, **1998**.
- MARTINELLI, M.L. *Serviço social: identidade e alienação*. 10.ed. São Paulo: Cortez, **2006**.
- MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Capítulo III – Cidadania e Classe Social. Rio de Janeiro, Zahar, **1967**.
- MARX, K. O Capital, Abril Cultural, livro 1, t.1, **1983**.
- MUSTAFÁ, A. M. Reflexões sobre o Projeto Ético-Político-Profissional do serviço social. *In Presença Ética, Ética, política e emancipação humana*, Ano III, n. 3. Recife: GEPE-UFPE, dez. **2003**.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, **1992**.
- NETTO, José Paulo. “A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea”. In CFESS, ABEPSS, CEAD-UnB, Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Programa de Capacitação para Assistentes Sociais, Brasília, **1999**.
- PEREIRA, P. A. P. *A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, **1996**.
- RAMOS, S. R. 10 anos de Código de Ética dos (as) Assistentes Sociais: dimensão histórica, lutas e desafios. *In Presença Ética: Ética política e emancipação humana*, Ano III, n. 3. Recife: GEPE-UFPE, dez. **2003**.
- SIMÕES, Neto. José Pedro. “Assistentes Sociais e Religião”: um estudo Brasil/Inglaterra.-São Paulo: Cortez, **2005**.
- SILVA, M. L. L. *Um novo fazer profissional*. In: **ABEPSS/CFESS/CEAD-UnB: Capacitação em Serviço Social e Política Social**, módulo 4. Brasília: **2000**.
- SALES, M. A. Questão social e defesa de direitos no horizonte da ética profissional. *In Capacitação em serviço social: Crise contemporânea, Questão social e serviço social* Módulo 2. Brasília, CEAD/UNB – CFESS – ABEPSS, **1999**.
- SILVA E SILVA, M. O. *Formação profissional do assistente social – inserção na realidade social e na dinâmica da profissão*, São Paulo, Cortez, **1984**.

ANEXO**QUESTIONÁRIO UTILIZADO DURANTE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE
CAMPO DURANTE OS TRÊS SEMESTRES PESQUISADOS.****QUESTIONÁRIO**

Esse questionário é uma exigência para o cumprimento da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso(TCC) e tem como objetivo analisar como o profissional de Serviço Social é visto perante os calouros do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília. Contamos com a sua compreensão e veracidade nas respostas para que os objetivos desta pesquisa sejam alcançados. Obrigado!

1-Idade

até 18 anos de 19 a 25 anos 26 a 30 anos acima de 30 anos

2-Sexo

Masculino Feminino

3-A escola na qual você concluiu o Ensino Médio era:

Pública Particular com bolsa de estudo Particular sem bolsa de estudo

4-Caso possua, qual a sua religião?

Evangélica Católica Espírita Budista Outra:_____

5- De alguma forma, esta religião contribuiu na escolha pelo curso de Serviço Social?

Sim Não

6-Diga três palavras que primeiramente lhe vem à mente quando você ouve a expressão profissional do Serviço Social.

7-Quando pensou em fazer o vestibular,o curso Serviço Social foi a sua primeira opção?

Sim Não

8-Qual foi o motivo pelo qual escolheu cursar Serviço Social?

9-Você já teve algum contato antes de entrar no curso de Serviço Social com algum Assistente Social? Em caso de afirmativo, este contato influenciou na sua escolha pelo curso de Serviço Social? De que maneira?

10-Informe pelo menos duas atividades desenvolvidas no dia-a-dia pelo profissional Assistente Social?
